

Contador

**Leia estas instruções:**

- 1 Confira se os dados contidos na parte inferior desta capa estão corretos e, em seguida, assine no espaço reservado. Caso se identifique em qualquer outro local deste Caderno, você será eliminado do Concurso.
  - 2 Este Caderno contém uma proposta de Redação e **50 questões** de múltipla escolha, assim distribuídas: 01 a 10 ▶ Língua Portuguesa; 11 a 20 ▶ Legislação; 21 a 50 ▶ Conhecimentos Específicos.
  - 3 Quando o Fiscal autorizar, verifique se o Caderno está completo e sem imperfeições gráficas que impeçam a leitura. Detectado algum problema, comunique-o, imediatamente, ao Fiscal.
  - 4 A redação será avaliada considerando-se apenas o que estiver escrito no espaço reservado para o texto definitivo.
  - 5 Escreva de modo legível, pois dúvida gerada por grafia ou rasura implicará redução de pontos.
  - 6 Cada questão de múltipla escolha apresenta quatro opções de resposta, das quais apenas uma é correta.
  - 7 Interpretar as questões faz parte da avaliação; portanto, não adianta pedir esclarecimentos aos fiscais.
  - 8 Use exclusivamente caneta esferográfica, confeccionada em material transparente, de tinta preta ou azul.
  - 9 Utilize qualquer espaço em branco deste Caderno para rascunhos e não destaque nenhuma folha.
  - 10 Os rascunhos e as marcações que você fizer neste Caderno não serão considerados para efeito de avaliação.
  - 11 Você dispõe de, no máximo, **quatro horas e trinta minutos** para redigir o texto definitivo, responder às questões e preencher a Folha de Respostas.
  - 12 O preenchimento da Folha de Respostas é de sua inteira responsabilidade.
  - 13 Antes de retirar-se definitivamente da sala, **devolva** ao Fiscal **este Caderno** e a **Folha de Respostas**.
- 

Assinatura do Candidato: \_\_\_\_\_

## Prova de Redação

A Constituição Federal, no art. 228, o Código Penal, no art. 27 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, no art. 104, asseguram a maioridade penal somente aos 18 anos. Devido aos recentes crimes envolvendo menores de idade, a discussão sobre a redução da maioridade penal de 18 para 16 anos volta ao debate público e divide opiniões. Se, por um lado, os que defendem a redução apostam em sanções mais severas como instrumento de dissuasão da prática de infrações, por outro, os que argumentam favoravelmente à manutenção do quadro atual acreditam na ressocialização e, conseqüentemente, na reeducação do infrator.

Entre os especialistas do Direito, existem duas tendências, as quais estão ilustradas nas opiniões a seguir:

"O adolescente, aos 14 ou 16 anos, está consciente da prática delituosa e, por isso, precisa responder perante a Justiça pelo ato praticado contra a sociedade."

**Felicíssimo Sena**, advogado e ex-presidente da OAB-GO

"Um Estado que não tem políticas educacionais de lazer, de saúde, de ingresso desses adolescentes no mercado de trabalho detém legitimidade para tratar adolescentes de 16 anos como adultos?"

**Marcus Vinícius Furtado**, presidente nacional da OAB

Disponível em: <<http://www.dm.com.br/texto/128484>>. Acesso em: 03 mar. 2014.

## PROPOSTA DE REDAÇÃO

Considerando a discussão acima apresentada, redija um **artigo de opinião** com o objetivo de defender um ponto de vista sobre a seguinte questão:

### ***A redução da maioridade penal deve ser instituída no Brasil?***

- Ⓒ Seu artigo deverá atender às seguintes normas:
- ser redigido no espaço destinado à versão definitiva;
  - apresentar explicitamente um ponto de vista, fundamentado em, no mínimo, dois argumentos;
  - ser redigido na variedade padrão da língua portuguesa;
  - ter um título;
  - ser redigido em prosa (e não em verso);
  - conter, no máximo, 40 linhas;
  - não ser assinado (nem mesmo com pseudônimo).

### **ATENÇÃO**

- Ⓒ Será atribuída **nota zero** à redação em qualquer um dos seguintes casos:
- fuga ao tema ou à proposta;
  - texto com até 14 linhas;
  - letra ilegível;
  - identificação do candidato (nome, assinatura ou pseudônimo);
  - artigo escrito em versos.

### **Lembre-se:**

Embora se trate de um artigo de opinião, **NÃO ASSINE O TEXTO** (nem mesmo com pseudônimo).

Rascunho

ESPAÇO DESTINADO À REDAÇÃO DEFINITIVA

Título

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

**NÃO ASSINE O TEXTO**

Rascunho

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

**NÃO ASSINE O TEXTO**



As questões de 1 a 10 referem-se ao texto reproduzido a seguir.

### A crise do giz

por Thomaz Wood Jr.

Um quadro do século XIV, pintado por Laurentius de Voltolina, mostra uma aula em Bolonha. Do lado esquerdo, sentado em um púlpito elevado, vê-se o pomposo professor. À sua frente e à sua lateral, em fileiras de carteiras fixas, encontram-se pouco mais de 20 estudantes. Apenas quatro ou cinco deles parecem escutar atentamente o mestre, alguns miram seus cadernos, outros conversam e dois parecem dormir.

Séculos depois, a cena das salas de aula não parece ter mudado. O visitante que entrar hoje, ao acaso, em uma sala de aula, vai provavelmente se deparar com cena similar. O mestre talvez seja mais jovial e comunicativo do que aquele do quadro de Voltolina. Entretanto, à sua frente, estarão os mesmos estudantes entediados. Poucos estarão atentos à cena, muitos outros estarão mergulhados em *notebooks* e *smartphones*, alguns, provavelmente, estarão cochilando.

A escola permanece, para muitos, um lugar de enfado e tédio, ou o sacrifício a fazer por um diploma. O dramaturgo britânico George Bernard Shaw deixou para a posteridade, entre outras tantas pérolas, o registro de que os únicos momentos nos quais sua educação foi interrompida foram aqueles em que estava na escola. O “educador futurista” David Thornburg declarou recentemente em uma entrevista para a revista *The Atlantic* que, de todos os lugares de sua infância, a escola era o mais depressivo.

Séculos preservaram a essência da instituição. Décadas recentes de desenvolvimento pedagógico não lhe alteraram as feições e os últimos anos de revolução tecnológica parecem ainda não ter surtido efeito. O quadro-negro deu lugar à tela. O computador substituiu o giz. Agora a febre são as aulas em vídeo no YouTube. No entanto, são as mesmas aulas de sempre, ou versões pioradas.

Nos últimos anos, as aulas expositivas parecem ter se transformado em vilão e alvo preferencial de críticos. Buscam-se novas dinâmicas e métodos. Será esse realmente o melhor caminho? Algumas aulas produzem efeito narcótico, mas decretar o fim do modelo talvez seja prematuro. Richard Gunderman, professor de Medicina da Universidade de Indiana, escrevendo para a *The Atlantic*, observa que há boas e más aulas. Gunderman argumenta que a presença física do professor faz diferença: bons professores são capazes de despertar a imaginação dos pupilos e inspirá-los. Preparar uma boa aula é uma arte, requer esforço e muitas horas de prática.

Hoje, a informação está disponível nos mais diversos meios. O objetivo da aula é contagiar os estudantes: contar uma história com começo, meio e fim, transmitir o entusiasmo do mestre pelo assunto e tornar os pupilos seus “cúmplices”. Uma boa aula não é uma repetição mecânica de teorias e modelos. É um processo interativo, no qual ator e audiência interagem e, eventualmente, trocam de papéis. “O bom professor abre os olhos dos aprendizes para novas questões, conexões e perspectivas que eles não consideraram antes, iluminando novas possibilidades para trabalhar e viver”, argumenta Gunderman.

Em *Monsieur Lazhar*, filme canadense de 2011, dirigido por Philippe Falardeau, Bashir Lazhar é um argelino refugiado em Montreal. Ávido por um emprego, ele oferece seus serviços a uma escola fundamental, escondendo a falta de experiência como professor. Ansiosa por substituir uma professora que cometera suicídio na escola, traumatizando seus pupilos, a diretora contrata Bashir. Seus métodos tradicionais incluem ditados, leituras clássicas francesas e a reversão do arranjo de mesas e cadeiras ao antiquado modelo de fileiras paralelas. Entretanto, à medida que a história evolui, a relação com os estudantes se desenvolve positivamente e Bashir os ajuda a enfrentar o trauma da perda de sua antiga professora, enquanto supera suas próprias perdas.

Ensinar e aprender trata-se de um processo relacional que vai além dos métodos e das tecnologias. Diz essencialmente respeito a relações humanas. Não é entretenimento ou diversão. Tampouco é sofrimento. Envolve escutar, avaliar, refletir e praticar. Pode ser penoso, às vezes, mas deve sempre recompensar estudantes e professores. Pode usar novos métodos e novas tecnologias, mas depende essencialmente da construção de um palco para a interação coletiva.

Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/780/a-crise-do-giz-4937.html>>. Acesso em 14 jan. 2014. [Adaptado]



01. Há, no texto, o propósito comunicativo dominante de
- A) problematizar o tema *aula expositiva*, ressaltando a necessidade de essa estratégia de ensino tornar-se mais interativa.
  - B) argumentar em defesa do fim da aula expositiva, ressaltando a crise em que essa estratégia de ensino está mergulhada.
  - C) criticar os estabelecimentos de ensino tradicionais, que ainda fazem uso da aula expositiva como principal estratégia de ensino.
  - D) expor a crise do sistema educacional brasileiro, que ainda enxerga na aula expositiva a sua principal estratégia de ensino.

02. O autor é categórico quando

- A) descreve o quadro da aula expositiva hoje.
- B) explicita o objetivo da aula expositiva.
- C) destaca a aula expositiva como um alvo fácil para os críticos.
- D) ressalta a natureza penosa da aula expositiva.

03. No período “O ‘educador futurista’ David Thornburg declarou recentemente que, de todos os lugares de sua infância, a escola era o mais depressivo”, pressupõe-se que, para David Thornburg,

- A) na sua infância, havia poucos lugares depressivos.
- B) as escolas são lugares relativamente depressivos.
- C) na sua infância, havia outros lugares depressivos.
- D) as escolas são lugares sempre depressivos.

04. Considere o período:

“Entretanto, à medida que a história evolui, a relação com os estudantes se desenvolve positivamente e Bashir os ajuda a enfrentar o trauma da perda de sua antiga professora, enquanto supera suas próprias perdas.” (linhas 41 a 43)

Sobre as relações sintático-semânticas estabelecidas pelos conectores, é correto afirmar que o período

- A) inicia com uma adversidade em relação ao período anterior, segue com uma proporcionalidade entre a primeira e a segunda oração; uma adição entre a segunda e a terceira, finalizando com uma relação de tempo entre a terceira e a quarta.
- B) inicia com uma adversidade em relação à primeira oração, segue com uma relação de tempo entre a primeira e a segunda; uma adição entre a segunda e a terceira, finalizando com outra relação de tempo entre a terceira e a quarta.
- C) inicia com uma conclusão em relação ao período anterior, segue com uma relação de tempo entre a primeira e a segunda oração; uma adição entre a segunda e a terceira, finalizando com outra relação de tempo entre a terceira e a quarta.
- D) inicia com uma conclusão em relação à primeira oração, segue com uma relação de proporcionalidade entre a primeira e a segunda; uma adição entre a segunda e a terceira, finalizando com uma relação de tempo entre a terceira e a quarta.

As questões 05 e 06 referem-se ao trecho reproduzido a seguir.

Ensinar e aprender **trata-se de** um processo relacional que vai além dos métodos e das tecnologias. Diz essencialmente respeito a relações humanas. Não é entretenimento ou diversão. Tampouco é sofrimento. Envolve escutar, avaliar, refletir e praticar. Pode ser penoso, às vezes, mas deve sempre recompensar estudantes e professores. Pode usar novos métodos e novas tecnologias, mas depende essencialmente da construção de um palco para interação coletiva.

05. Se substituíssemos a expressão em destaque pelo verbo **ser**, este seria flexionado no
- A) plural, porque o sujeito é composto por duas palavras de sentidos diferentes.
  - B) plural, porque o sujeito é composto por dois verbos no infinitivo, sem determinantes e com oposição de sentidos.
  - C) singular, porque o sujeito é composto por duas palavras de sentidos opostos.
  - D) singular, porque o sujeito é composto por dois verbos no infinitivo, sem determinantes e sem oposição de sentidos.
06. No período "**Tampouco** é sofrimento", a palavra em destaque tem função
- A) adjetiva e equivale a **tão pouco**.
  - B) adverbial e equivale a **muito pouco**.
  - C) adverbial e equivale a **também não**.
  - D) adjetiva e equivale a **e não**.
07. Em "Poucos estarão atentos à cena" (linha 9), o uso do acento grave justifica-se
- A) pela regência do nome e pelo gênero da palavra "cena".
  - B) pela regência do verbo e pelo gênero da palavra "cena".
  - C) porque o verbo é transitivo indireto.
  - D) porque o verbo é transitivo direto.
08. Em "Ansiosa por substituir uma professora que **cometera** suicídio na escola [...]" (linhas 38 e 39), a flexão do verbo em destaque sinaliza uma ação
- A) que ainda será realizada, e sua realização não é certa.
  - B) passada e concluída mas também posterior a outra passada e concluída.
  - C) que ainda será realizada, e sua realização depende de outra.
  - D) passada e concluída mas também anterior a outra passada e concluída.
09. Leia o trecho:
- Algumas aulas produzem efeito narcótico, mas decretar o fim do modelo talvez seja prematuro. (linhas 24 e 25)
- Considerando-se o contexto linguístico no qual está inserido, outra possibilidade de redação desse trecho, sem prejudicar a coesão textual, seria:
- A) Algumas aulas produzem efeito narcótico, mas decretá-las o fim talvez seja prematuro.
  - B) Algumas aulas produzem efeito narcótico, mas decretar-lhe o fim talvez seja prematuro.
  - C) Algumas aulas produzem efeito narcótico, mas decretar-lhes o fim talvez seja prematuro.
  - D) Algumas aulas produzem efeito narcótico, mas decretá-la o fim talvez seja prematuro.

10. Em “O objetivo da aula é contagiar os estudantes: contar uma história com começo, meio e fim, transmitir o entusiasmo do mestre pelo assunto e tornar os pupilos seus ‘cúmplices’”, os dois-pontos são empregados para

- A) separar orações com a mesma estrutura sintática.
- B) separar itens de frases enumerativas.
- C) anunciar trechos sob forma de citação.
- D) anunciar uma enumeração com função explicativa.

11. Para o servidor que tomou posse, a etapa seguinte é a sua entrada em exercício dentro do prazo legal. Para os fins da Lei nº 8.112/90, **exercício**
- A) é o conjunto das atribuições e responsabilidades que devem ser assumidas pelo servidor.
  - B) é o efetivo desempenho das atribuições do cargo público ou da função de confiança.
  - C) é o somatório das tarefas cumpridas pelo servidor na jornada mensal de trabalho.
  - D) é uma das formas de nomeação para cargo de carreira ou de provimento isolado.
12. De acordo com o que expressamente prevê o regime jurídico único dos servidores públicos civis da União (Lei nº 8.112/90), a dispensa de função de confiança dá-se
- A) a partir do julgamento do necessário processo disciplinar instaurado.
  - B) a pedido do próprio servidor, nas situações especificadas em lei federal.
  - C) a juízo da autoridade competente ou a pedido do próprio servidor.
  - D) a juízo da autoridade competente, com expressa anuência do servidor.
13. Um servidor público federal foi exonerado, ficando pendente um débito seu com o erário. Nos termos da Lei nº 8.112/90, esse servidor deve quitar o débito no prazo de
- A) trinta dias.
  - B) quarenta dias.
  - C) cinquenta dias.
  - D) sessenta dias.
14. Um servidor público lotado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte faz *jus* ao recebimento da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso. Para efeitos da Lei nº 8.112/90, essa gratificação
- A) tem como característica o exercício habitual de uma atividade pelo servidor.
  - B) terá o seu valor calculado em horas, observadas a natureza e a complexidade da atividade.
  - C) terá uma retribuição máxima equivalente a cem horas de trabalhos anuais.
  - D) não será objeto de compensação de carga horária se desempenhada durante o expediente.
15. Considere as afirmativas a seguir, relacionadas às Licenças expressamente previstas na Lei nº 8.112/90:

I	O servidor terá direito à Licença para Atividade Política, sem remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.
II	A Licença por Motivo de Afastamento de Cônjuge será por prazo indeterminado e sem remuneração.
III	A partir do registro da candidatura e até o vigésimo dia seguinte ao da eleição, o servidor fará <i>jus</i> à licença, assegurados os vencimentos do cargo efetivo, somente pelo período de seis meses.
IV	Não será concedida ao servidor a Licença por Motivo de Afastamento de Cônjuge, se o deslocamento do cônjuge for para o exterior.

Dentre as afirmativas, estão corretas

- A) I e II.                      B) III e IV.                      C) II e III.                      D) I e IV.

16. À luz do regime jurídico único dos servidores públicos civis da União (Lei n° 8.112/90), a Licença para tratar de interesses particulares poderá ser concedida pelo prazo de até
- A) três anos consecutivos, sem remuneração, não podendo ser interrompida a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço.
- B) quatro anos consecutivos, sem remuneração, podendo ser interrompida a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço.
- C) três anos consecutivos, sem remuneração, podendo ser interrompida a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço.
- D) quatro anos consecutivos, sem remuneração, não podendo ser interrompida a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço.
17. Considere as afirmativas a seguir, referentes ao afastamento de servidor para participação em programa de pós-graduação *stricto sensu* no País, conforme previsto na Lei n° 8.112/90:

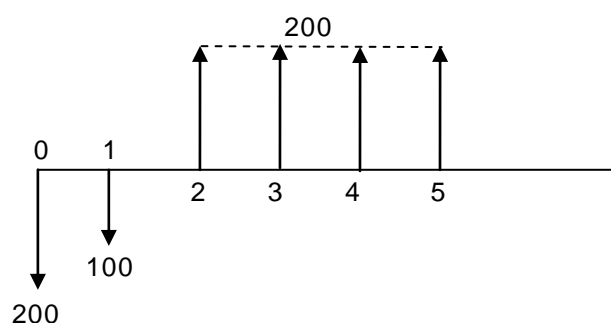
I	O afastamento poderá ser concedido ao servidor, mesmo que a sua participação no programa de pós-graduação <i>stricto sensu</i> possa ocorrer simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário.
II	O afastamento do exercício do cargo para participar de programa de mestrado ou doutorado dá-se com a respectiva remuneração.
III	O servidor que estiver afastado para participar de programa de doutorado terá que permanecer no exercício de suas funções após o seu retorno, por um período igual ao do afastamento concedido.
IV	Para o deferimento do afastamento do servidor titular de cargo efetivo para participar de programa de doutorado, é necessário, dentre outros requisitos, que o servidor esteja lotado no órgão ou entidade há pelo menos três anos, incluído o período de estágio probatório.

Dentre as afirmativas, estão corretas

- A) II e III. C) II e IV.
- B) I e IV. D) I e III.
18. Para efeito do que expressamente dispõe a Lei n° 8.112/90, constituem casos passíveis de aplicação da penalidade de demissão:
- A) corrupção, inassiduidade habitual e manifestação de apreço na unidade de lotação.
- B) improbidade administrativa, abandono de cargo e recusa de fé a documentos públicos.
- C) corrupção, abandono de cargo e coação de subordinado a filiar-se a sindicato.
- D) abandono de cargo, corrupção e aplicação irregular de dinheiros públicos.
19. De acordo com o regime jurídico único dos servidores civis da União (Lei n° 8.112/90), a penalidade disciplinar de suspensão não poderá ultrapassar
- A) sessenta dias. C) noventa dias.
- B) oitenta dias. D) setenta dias.
20. De acordo com as normas que regem a Seguridade Social do Servidor, dispostas na Lei n° 8.112/90, a Licença para Tratamento de Saúde
- A) dispensa perícia oficial se o período da licença for inferior a trinta dias, dentro de um ano.
- B) será concedida sem prejuízo da remuneração a que o servidor fizer jus.
- C) será concedida mediante avaliação por junta médica, se o período de licença for superior a cem dias, dentro de um ano.
- D) será concedida somente de ofício, após avaliação por junta médica oficial.

21. As aplicações financeiras estão sujeitas a uma taxa de juros durante o período de capitalização. Nesse período,
- A) os juros são incorporados ao principal para formar o montante.
  - B) a aplicação fica bloqueada sem possibilidade de saque pelo titular.
  - C) os juros são aplicados pelo titular para aumento de capital social.
  - D) a aplicação deve gerar juros equivalentes ao valor da aplicação.
22. Existem dois regimes de juros: o de juros simples e o de juros compostos. No regime de juros compostos, duas taxas de juros são equivalentes quando:
- A) resultam em juros e montantes equivalentes, se aplicadas a um mesmo capital, por um único período de capitalização, mesmo referidas a diferentes períodos de capitalização.
  - B) geram juros equivalentes, mesmo com montantes diferentes, se aplicadas a um mesmo capital, por um mesmo período de tempo, quando referidas a diferentes períodos de capitalização.
  - C) resultam em juros e montantes equivalentes, se aplicadas a um mesmo capital, por um mesmo prazo total, mesmo referidas a diferentes períodos de capitalização.
  - D) geram montantes equivalentes, mesmo com juros diferentes, se aplicadas a um mesmo capital, por um mesmo período de tempo, quando referidas a diferentes períodos de capitalização.
23. Uma aplicação à taxa de juros compostos de 18% ao ano gerou um montante de R\$ 11.000,00 ao final de 05 anos. Para a obtenção desse resultado, o valor da aplicação foi
- A) R\$ 5.307,60.
  - B) R\$ 4.508,50.
  - C) R\$ 5.102,40.
  - D) R\$ 4.808,20.

24. O gráfico abaixo representa um fluxo de caixa à taxa de juros de 15% ao ano.



O valor presente líquido desse fluxo de caixa é de

- A) R\$ 315,84.
- B) R\$ 209,56.
- C) R\$ 412,39.
- D) R\$ 199,45.

25. Considere as características dos sistemas de amortização abaixo listadas.

I	O pagamento só é realizado no final, com juros calculados período a período.
II	A amortização da dívida tem o mesmo valor em cada período.
III	O valor das prestações é o mesmo ao longo de todo o período.
IV	Os juros são pagos antecipadamente com prestações iguais, exceto o primeiro pagamento que corresponde aos juros cobrados no momento da operação.

Essas 4 características referem-se, respectivamente, aos seguintes sistemas de amortização:

A) Alemão, Price, Constante e Americano.

B) Price, Constante, Alemão e Americano.

C) Francês, Americano, Constante e Alemão.

D) Americano, Constante, Francês e Alemão.

26. As contas patrimoniais representam os elementos do Ativo, do Passivo e do Patrimônio Líquido. São contas representativas de elementos do Patrimônio Líquido:

A) Ações em tesouraria, Reserva Legal, Dividendos a pagar.

B) Reserva Legal, Reservas de Lucros, Dividendos a receber.

C) Capital social realizado, Reservas de Lucros, Ações em tesouraria.

D) Reservas de Lucros, Capital social realizado, Dividendos a receber.

27. Os fatos contábeis podem ser classificados em:

A) Permutativos, modificativos e mistos.

B) Deficitários, superavitários e nulos.

C) Simples, compostos e equivalentes.

D) Analíticos, sintéticos e específicos.

28. As contas de resultado incluem as receitas e as despesas. A opção na qual estão listadas apenas contas de resultado é

A) Depreciação acumulada, provisão para perdas e imposto de renda.

B) Custo de produção do período, vendas à vista e PIS sobre folha de pagamento.

C) Vendas a prazo, custo das mercadorias vendidas e ICMS sobre vendas.

D) Perdas por enchente, custos indiretos de fabricação e mão-de-obra direta.

29. A Demonstração dos Fluxos de Caixa elaborada pelo método indireto deve ser segmentada em três grandes áreas. Essas áreas são compostas pelos fluxos de recursos provenientes das atividades

A) aumentativas, diminutivas e mistas.

B) de entradas de caixa, de saídas de caixa e de variação do disponível.

C) diretas, indiretas e recorrentes.

D) operacionais, de investimento e de financiamento.

- 30.** O Pronunciamento Técnico CPC 25 trata sobre provisões, passivos contingentes e ativos contingentes. Nesse CPC, provisão é definida como:
- A)** um passivo com valor incerto e prazo determinado.
  - B)** uma reserva constituída a partir de lucros retidos.
  - C)** um passivo de prazo ou de valor incertos.
  - D)** uma reserva específica de sociedades anônimas.
- 31.** As três penalidades previstas no Código de Ética Profissional do Contador são:
- A)** advertência reservada, censura pública e aplicação de multa.
  - B)** advertência, suspensão do registro profissional e cancelamento do registro profissional.
  - C)** aplicação de multa, suspensão do registro profissional e cancelamento do registro profissional.
  - D)** advertência reservada, censura reservada e censura pública.
- 32.** Segundo o CFC, os Princípios de Contabilidade representam a essência das doutrinas e teorias relativas à Ciência da Contabilidade, consoante o entendimento predominante nos universos científico e profissional. A partir de 02.06.2010, Os "Princípios Fundamentais de Contabilidade (PFC)", citados na Resolução CFC nº 750/1993, passam a denominar-se "Princípios de Contabilidade (PC)", por força da Resolução CFC 1.282/2010. Os princípios são aplicáveis à contabilidade no seu sentido mais amplo de ciência social, cujo objeto é o Patrimônio das Entidades.
- Segundo atual entendimento do CFC, são Princípios de Contabilidade:
- A)** entidade, continuidade, atualização monetária e competência.
  - B)** oportunidade, registro pelo valor original, competência e prudência.
  - C)** comparabilidade, oportunidade, objetividade e conservadorismo.
  - D)** continuidade, comparabilidade, registro pelo valor original e uniformidade.
- 33.** Um número variado de bases de mensuração é empregado em diferentes graus e em variadas combinações nas demonstrações contábeis. Uma dessas bases, utilizada para mensurar os ativos, é o valor realizável, que corresponde
- A)** ao montante em caixa ou equivalentes de caixa que poderiam ser obtidos pela venda dos ativos em forma ordenada.
  - B)** ao custo de realização da aquisição do ativo, descontado dos impostos recuperáveis incluídos na nota fiscal.
  - C)** ao custo corrente médio apurado entre os fornecedores tradicionais da entidade à qual pertence o ativo.
  - D)** ao montante apurado na venda do ativo, acrescido dos impostos recuperáveis incluídos na nota fiscal.
- 34.** A retificação de lançamento é o processo técnico de correção de registro realizado com erro na escrituração contábil da entidade e pode ser feito por meio de:
- A)** transferência, suplementação e complementação.
  - B)** transferência, cancelamento e suplementação.
  - C)** estorno, complementação e cancelamento.
  - D)** estorno, transferência e complementação.



35. No que diz respeito à escrituração contábil de filial, é correto afirmar:
- A) A escrituração de todas as unidades deve integrar um único sistema contábil.
  - B) A escrituração descentralizada é obrigatória por lei para todas as filiais.
  - C) As contas sintéticas utilizadas na escrituração descentralizada e o grau de detalhamento dos registros de cada filial é determinado pelo seu gestor.
  - D) As contas recíprocas relativas às transações entre matriz e filiais devem ser somadas quando da elaboração das demonstrações contábeis.
36. Para fins contábeis, quanto ao impacto na situação líquida patrimonial, a receita pública pode ser “efetiva” ou “não-efetiva”. A Receita Orçamentária Efetiva é aquela que constitui fato contábil denominado:
- A) permutativo.
  - B) modificativo aumentativo.
  - C) modificativo diminutivo.
  - D) misto.
37. A despesa orçamentária é o fluxo que deriva da utilização de crédito consignado no orçamento da entidade. A despesa orçamentária, quando realizada,
- A) pode ou não diminuir a situação líquida patrimonial.
  - B) sempre reduz a situação líquida patrimonial.
  - C) para fins contábeis classifica-se em corrente e efetiva.
  - D) para fins orçamentários classifica-se em corrente e não-efetiva.
38. O orçamento anual pode ser alterado por meio de créditos adicionais, que são classificados em:
- A) suplementares, especiais e extraordinários.
  - B) complementares, suplementares e especiais.
  - C) ordinários, extraordinários e efetivos.
  - D) extraordinários, suplementares e complementares.
39. As demonstrações contábeis assumem papel fundamental, por representarem importantes saídas de informações geradas pela Contabilidade Aplicada ao Setor Público, promovendo transparência dos resultados orçamentário, financeiro, econômico e patrimonial. São demonstrações contábeis aplicadas ao setor público:
- A) balanço financeiro, demonstração das origens e aplicações de recursos e demonstração das variações patrimoniais.
  - B) balanço patrimonial, demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do resultado econômico.
  - C) balanço orçamentário, demonstração de lucros ou prejuízos e demonstração dos fluxos de caixa.
  - D) balanço social, demonstração do resultado econômico e demonstração das mutações do patrimônio líquido.

40. Os Princípios Orçamentários visam estabelecer regras norteadoras básicas, a fim de conferir racionalidade, eficiência e transparência para os processos de elaboração, execução e controle do Orçamento Público, sendo válidos para os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos. Esses princípios são estabelecidos e disciplinados
- A) por normas constitucionais, infraconstitucionais e pela doutrina.
  - B) exclusivamente por normas constitucionais.
  - C) pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.
  - D) pelo Orçamento Anual.
41. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração, pode ser de, no máximo, 60% da receita líquida corrente
- A) na União e no Distrito Federal.
  - B) na União, nos Estados e nos Municípios.
  - C) nos Estados e nos Municípios.
  - D) nos Estados e na União.
42. A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício. As variações patrimoniais podem ser classificadas como:
- A) provisórias e permanentes.
  - B) quantitativas e qualitativas.
  - C) permutativas e modificativas.
  - D) orçamentárias e extraorçamentárias.
43. De acordo com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), as contas contábeis podem ser classificadas segundo vários critérios, dentre os quais:
- A) variação na natureza do saldo, frequência das classificações no período e necessidade de desdobramento.
  - B) natureza do saldo, movimentação que sofrem e necessidade de desdobramento.
  - C) movimentação que sofrem, natureza do saldo e frequência das classificações no período.
  - D) necessidade de desdobramento, movimentação que sofrem e frequência das classificações no período.
44. A Resolução CFC nº 1.366, de 25 de novembro de 2011 aprovou a NBC T 16.11 – Sistema de Informação de Custos do Setor Público (SICSP). Segundo essa Norma, o SICSP é apoiado em três elementos:
- A) controle de custos, método de custeio e custo-padrão.
  - B) sistema de custeio, método de custeio e critérios de rateio.
  - C) critérios de rateio, sistema de acumulação e controle de custos.
  - D) sistema de acumulação, sistema de custeio e método de custeio.
45. Conforme as NBCASP, os subsistemas que estruturam o sistema contábil público são:
- A) de informações orçamentárias, de informações patrimoniais, de custos e de compensação.
  - B) de informações financeiras, de informações patrimoniais e orçamentário.
  - C) de informações patrimoniais, de informações orçamentárias e de custos.
  - D) de informações orçamentárias, de informações patrimoniais, financeiro e de informações de custos.

46. O Patrimônio Público é definido, conforme as NBCTSP, como sendo um conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público. No que se refere à substância patrimonial, os bens são classificados segundo dois critérios: jurídico e contábil. Os bens de uso especial e dominicais apresentam, respectivamente, as seguintes características:
- A) podem ser alienados nos casos e na forma em que a lei estabelecer; são contabilizados no ativo.
  - B) podem produzir renda durante sua vida útil, mesmo sofrendo depreciação ao longo desta; são inventariados e avaliados e não podem ser alienados enquanto empregados no serviço público.
  - C) estão sujeitos à contabilização no ativo; são inalienáveis quando empregados no serviço público e enquanto conservarem esta condição.
  - D) são inalienáveis quando empregados no serviço público e enquanto conservarem esta condição; podem ser alienados nos casos e na forma que a lei estabelecer.
47. Sobre a avaliação e mensuração dos componentes patrimoniais, créditos e dívidas e estoque, a NBCTSP 16.10 estabelece que:
- A) Os gastos de distribuição, de administração geral e financeiros são considerados como custo do período em que ocorrerem; as provisões são constituídas com base em estimativas pelos valores de realização dos ativos e passivos.
  - B) Os riscos de recebimento de dívidas são reconhecidos em conta de resultado; o método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques poderá ser escolhido pela instituição entre PEPS e média ponderada.
  - C) Os direitos, os títulos de créditos e as obrigações prefixadas são ajustados a valor presente; os estoques devem ser mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou no valor de produção ou de construção, devendo ser adotado o valor de mercado quando esse for superior.
  - D) Os direitos, os títulos de créditos e as obrigações pós-fixados são ajustados considerando-se estimativas dos encargos que serão incorridos até a data de encerramento do balanço; os estoques de animais e de produtos agrícolas e extrativos são mensurados ou avaliados pelos valores originais ajustados a valor de mercado.
48. Uma ambulância foi comprada no ano 2008, pelo valor de R\$ 200.000,00, para transportar pacientes da cidade de Pitambu para a Capital. Em 2013, a ambulância foi danificada em um acidente de trânsito. Para a Prefeitura, o custo de recuperação do automóvel foi de R\$ 40.000,00 e a restauração não afetará sua vida útil, estimada originalmente em 10 anos. Por outro lado, a prefeitura verificou que no mercado o custo de uma ambulância nova para realizar o mesmo serviço é de R\$ 250.000,00. O valor registrado a título de *impairment* é de:
- A) R\$ 15.000,00
  - B) R\$ 20.000,00
  - C) R\$ 10.000,00
  - D) R\$ 25.000,00
49. Na administração pública, as incorporações e desincorporações ou baixas são efetuadas no sistema de escrituração contábil patrimonial. De acordo com a Demonstração das Variações Patrimoniais, são contas classificadas como variações patrimoniais diminutivas:
- A) Contribuições; benefícios previdenciários e assistenciais e financeiras.
  - B) Pessoal e encargos; financeiras e tributárias.
  - C) Exploração e vendas de bens; tributárias e consumo de capital fixo.
  - D) Transferências concedidas; valorização e ganhos com ativos e tributárias.

50. Analise os orçamentos abaixo, relativos a um Programa X de unidade orçamentária da Prefeitura de PARATUBA.

ORÇAMENTO-PROGRAMA (Unidade Orçamentária em execução)			
Rubricas	Dotação	Créditos adicionais	Execução
33.90.30	25.000,00	13.000,00	38.000,00
33.90.33	-	8.000,00	8.000,00
33.90.39	50.000,00	-	37.000,00
44.90.51	100.000,00	-	100.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>175.000,00</b>	<b>21.000,00</b>	<b>183.000,00</b>

O programa "X" recebeu créditos adicionais através de recursos do programa Y, já concluído, e através de anulação parcial de dotação orçamentária. Os mecanismos de alteração e retificação, provenientes do crédito adicional, são, respectivamente:

- A) R\$ 8.000,00 de créditos especiais e transferência; R\$ 13.000,00 de créditos extraordinários e remanejamento.
- B) R\$ 8.000,00 de créditos suplementares e transposição; R\$ 13.000,00 de créditos especiais e remanejamento.
- C) R\$ 8.000,00 de créditos extraordinários e transferência; R\$ 13.000,00 de créditos suplementares e transposição.
- D) R\$ 8.000,00 de créditos especiais e transposição; R\$ 13.000,00 de créditos suplementares e transferência.